

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 006 / 2018

1 ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA
2 SOCIAL – CMAS DA CIDADE DE SANTOS/SP REALIZADA EM 03 (TRÊS) DE ABRIL DE 2018
3 NA SEDE DA COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CODESO. Marina
4 Carvalho Perez Penã, presidente do CMAS, inicia com a solicitação de inversão de pauta, justificando-
5 se pelo atraso do Sr. Secretário de Desenvolvimento Social – Flávio Ramirez Jordão. Informa que as
6 ATAS a serem aprovadas, que constam como segundo e terceiro itens de pauta, não estão disponíveis,
7 pois ocorreram contratemplos no computador do CMAS, e serão aprovadas na próxima AGO. Passou-
8 se para o quarto item de pauta – recomposição da representatividade não governamental, segmento
9 trabalhadores, tendo em vista a vacância de uma suplência. Conforme publicação houve abertura de
10 entrega de documentação com prazo final em 12 (doze) de março, sendo entregue apenas uma ficha,
11 Sra. Carolina Medeiros da Silva. Diante deste fato, Sra. Marina – presidente, consulta à assembleia se
12 haverá nova chamada ou pode-se considerar a vaga preenchida pela Sra. Carolina. A assembleia
13 ratifica o preenchimento da vaga. Diante disso, Sra. Marina - presidente pede que a Sra. Carolina se
14 apresente aos demais participantes e toma posse como conselheira suplente na representatividade de
15 trabalhadores. Sra. Luci - colaboradora, sugere que o FORT-SUAS tenha um item de pauta fixo, para
16 apresentação de suas demandas. Sr. Leandro – vice-presidente esclarece que não é pertinente, uma vez
17 que o FORT-SUAS não é parte do Conselho, sendo assim, não deve ter um item de pauta fixo, contudo
18 esclarece que esse espaço é garantido no item “assuntos gerais”. Passa-se assim para o quinto item de
19 pauta – apreciação e deliberação do relatório financeiro do 4º (quarto) trimestre do Fundo Municipal
20 de Assistência Social. Sra. Gracielle – Coordenadora Administrativa e Financeira, da Secretaria de
21 Desenvolvimento Social – COAFI/SEDS, se apresenta e inicia a leitura do relatório. Sra. Luci,
22 colaboradora, questiona se houve aumento do recurso do Fundo Estadual de Assistência Social –
23 FEAS e solicita que seja levantado desde quando não há aumento. Sra. Tayná – Conselheira, solicita
24 que seja explicada a questão da restituição do recurso destinado à construção do CENTRO-POP, no
25 valor de R\$ 532.478,86 ao Governo Federal. Sra. Luci menciona a parceria com a empresa
26 ECOPORTO para a conclusão das obras. Sr. Flávio – Secretário de Desenvolvimento Social esclarece
27 que a empresa tem um prazo legal para iniciar as obras. Sra. Gracielle – COAFI/SEDS explica os
28 motivos da devolução, uma vez que a primeira empresa não concluiu o previsto e houve erros no
29 planejamento, sendo assim, o município foi obrigado a devolver o recurso recebido pelo Governo
30 Federal. Sra. Luci, colaboradora, manifesta que as informações não são repassadas a este conselho, Sr.
31 Flávio – secretário SEDS, se justifica e se compromete a encaminhar o termo de parceria com a
32 ECOPORTO para conhecimento do conselho. O mesmo concorda com as dificuldades de
33 comunicação e que precisam ser melhoradas. Sra. Mayara – Conselheira, pergunta se o valor
34 devolvido é o que havia sido repassado à empresa, e a Sra. Gracielle – COAFI/SEDS explica que sim
35 e se compromete a na próxima AGO informar o percentual correto quanto a devolução. Sra. Luci –
36 colaboradora, sugere uma visita ao espaço para avaliação da estrutura e como o terreno se encontra
37 atualmente. Sra. Marina – Presidente reforça os dois encaminhamentos retirados nesta assembleia e
38 que quando receber todos os documentos, este conselho avaliará os próximos passos. Sra. Tayná –
39 Conselheira, solicita a correção referente às parcelas do Programa Criança Feliz, que no relatório
40 apresentado conta como 9ª a 12ª parcela e o correto é 1ª a 4ª parcela. Sr. Leandro – vice-presidente
41 explica sobre o recebimento das parcelas do Programa mencionado, e que ainda não se iniciou a
42 execução deste. Sra. Mayara – Conselheira, relembra que a argumentação que sustentou a a
43 continuidade do aceite do Programa na última votação foi justamente o fato de já estarmos recebendo
44 o repasse o que causa certo estranhamento/constrangimento termos que devolver o repasse ao fim do
45 presente mês, já que a execução do programa não foi iniciada.. Sra. Tayná, questiona sobre o recurso

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 006 / 2018

46 destinado as Ações Estratégica do PETI, que está sendo direcionado para o pagamento do convênio do
47 serviço de abordagem da ASPPE e Sra. Marina – presidente, fala da constatação da utilização do
48 recurso para a execução do serviço. Sra. Claudia – Coordenadora de Gestão do SUAS –
49 COGESUAS/SEDS, informa que recebeu o ofício encaminhado por este conselho e que irá responder
50 com a maior brevidade. Não tendo mais questionamentos sobre o relatório apresentado, o mesmo foi
51 aprovado. Neste momento voltou-se para o primeiro item da pauta – apresentação do Sr. Secretário de
52 Desenvolvimento Social – Flávio Ramirez Jordão, que inicia sua fala com agradecimento a Sra.
53 Marina – presidente, pelo convite, mencionando que já haviam se reunido para uma apresentação.
54 Coloca-se aberto para críticas e sugestões e pretende estar sempre presente. Explica sobre a junção das
55 duas pastas, reafirmando que com a incorporação da Política de Direitos Humanos na Política de
56 Assistência, esta última é quem ganhou. Solicita que o conselho exerça seu papel fiscalizatório em
57 tudo que for necessário. Fala sobre a reunião com a Secretaria de Finanças a pedido da Sra. Marina –
58 presidente, para tratar sobre o portal da transparência, que foi um avanço e produtiva. Sra. Luci –
59 colaboradora, pede que nos murais de todas as unidades haja o endereço das Organizações Sociais do
60 território, e solicita que na página da prefeitura na internet haja uma busca de serviços por faixa etária.
61 Sr. Flávio – Secretário menciona as tratativas com duas universidades da região, para firmar uma
62 parceria com a finalidade de executar novo CENSO de População de Rua, tendo em vista que o último
63 foi em 2013 e tem validade de 04 (quatro) anos. Provavelmente será firmado com a UNIFESP e deverá
64 ser realizado no mês de maio ou outubro. Informa que quando tiver maiores informações irá
65 comunicar este conselho. Informa também sobre a ampliação da equipe de abordagem de rua e da
66 importância da participação dos trabalhadores nos espaços de controle social. Afirma que a
67 participação dos representantes do governo nos conselhos está fragilizada e que foi feita uma
68 tabulação quanto às ausências e deverá ser lançada no portal dos conselhos. Neste momento o Sr.
69 Flávio – Secretário, fala sobre a questão da Entidade Lar Santo Expedito, que também é uma demanda
70 do Ministério Público e da DRADS e que chamou o presidente da entidade para discutir sobre as
71 questões apontadas nos relatórios, principalmente na questão da religiosidade, este se colocou disposto
72 a fazer todas as alterações propostas imediatamente, como por exemplo, a questão da religiosidade já
73 havia sido sanada, sendo o espaço adequado para sala dos técnicos. Explica o contratempo com
74 relação ao Termo de Fomento que se faz necessário ser formalizado e que o assunto estaria em
75 discussão nesta assembleia. Fala que está prevista a mudança do espaço físico do conselho para
76 melhorar sua estrutura, assim como sobre as alterações que ocorreram nas coordenações da secretaria,
77 não havendo nenhum prejuízo para a continuidade dos trabalhos. Sra. Luci – colaboradora, elogia o
78 trabalho da Secretária Executiva do conselho e sua Diretoria Executiva. Sra. Tânia – Conselheira,
79 questiona sobre o repasse de recurso as entidades conveniadas que ainda não ocorreu e que a previsão
80 seria somente em 15 (quinze) de abril, e se não haveria uma forma de agilizar. Sr. Flavio – Secretário,
81 fala sobre o atraso devido a função de todas as mudanças, mas que esta acompanhando essa questão.
82 Neste momento Sra. Luciene – usuária do CRAS, parabeniza o Sr. Flávio – Secretário, pela gestão da
83 pasta, contudo faz uma denúncia com relação ao recebimento do Programa Bolsa Família por famílias
84 que tem renda e destaca que famílias com o perfil para o Programa não estariam recebendo, assim
85 como, faz queixa quanto ao atendimento do CRAS Rádio Clube. Sr. Flávio – Secretário reforça a
86 questão da humanização no atendimento ao público, sendo de fundamental importância e que a
87 situação deve ter sido pontual. Sr. Leandro – Vice-presidente, explica que a concessão do benefício do
88 Programa Bolsa Família é de responsabilidade do Governo Federal, e o CRAS não tem gerência sobre
89 isso. Explica ainda que o Cadastro Único do Governo Federal é auto declaratório e que a família é
90 responsável pelas informações que presta ao serviço. Afirma que irá levar a queixa do atendimento à
91 chefia do CRAS Radio Clube, para que sejam tomadas as devidas providências. Sra. Fernanda

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 006 / 2018

92 Gonçalves – Conselheira, reafirma que o papel da política de Assistência Social não é fiscalizatório e
93 que há canais de comunicação para as denúncias, tais como o Ministério de Desenvolvimento Social –
94 MDS. Sra. Luci – colaboradora, pede informações sobre o cumprimento da NOB/RH-SUAS, se o
95 quadro de equipe técnica está de acordo com o estipulado e se há capacitações e treinamento para os
96 funcionários? Sr. Leandro – Vice-presidente, responde que há capacitação continuada aos
97 trabalhadores e que a rede de serviços conveniados com a SEDS, para execução dos serviços de
98 acolhimento institucional de crianças e adolescentes também foram contemplados com capacitações.
99 Sra. Marina – presidente, agradece a participação do Sr. Flávio – Secretário, e passa a palavra para a
100 Sra. Margareth – Coordenadora de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – COPROS/AC-
101 SEDS, para falar mais detalhadamente sobre o termo de fomento com a Entidade Lar Santo Expedito.
102 Antes, Sra. Marina – presidente, fala sobre a Nota Explicativa da Presidência deste conselho, enviada a
103 todos os conselheiros explicando todo o ocorrido com a questão da Entidade Lar Santo Expedito, e
104 abrindo assim a fala para os presentes na assembleia. Sra. Tayná – Conselheira, esclarece que este item
105 não consta como pauta para discussão. Sra. Claudia – COGESUAS/SEDS, faz as devidas explicações
106 sobre a minuta do Termo de Fomento e as mudanças necessárias apontadas pelo setor jurídico da
107 Prefeitura - PROJUR, que inclui este conselho como parte integrante na assinatura do Termo de
108 Fomento. Sr. Flávio – Secretário, se coloca à disposição para dialogar com a PROJUR, com relação a
109 minuta e esclarecer a origem do recurso destinado a essa parceria, se proveniente do Fundo Municipal
110 de Assistência Social – FMAS ou não. Sra. Tayná – Conselheira, questiona quando a denúncia
111 referente a Entidade chegou ao conhecimento deste conselho e porque só agora o assunto estava sendo
112 tratado? Sr. Leandro – Vice-presidente, esclarece que a denúncia chegou em dezembro, na mudança da
113 gestão, e foi assunto de pauta na reunião de transição de Diretoria do conselho, contudo o vencimento
114 do termo de fomento ocorre em março o que justifica estar sendo discutido na assembleia de abril. Sra.
115 Tania – Conselheira, pede que seja levada em consideração as crianças que estão acolhidas em
116 detrimento as questões burocráticas. Em meio ao extenso debate com dúvidas sobre a origem dos
117 recursos repassados ao Santo Expedito, se estes recursos provinham ou não do Fundo Municipal, ficou
118 exposta a origem dos recursos e de fato provem do Fundo o que foi alvo de questionamento por parte
119 dos conselheiros das gestões anteriores, uma vez que estas não tinham conhecimento sobre este
120 direcionamento de parte dos recursos do Fundo Municipal. Após discussão sobre o plano de
121 providências e as ações que a Entidade deverá se comprometer em executar, a Sra. Marina –
122 Presidente sugere que a assembleia vote sobre a questão da formalização do ajuste entre a SEDS e a
123 Entidade. Sr. Leandro – Vice-presidente esclarece que este conselho já aprovou a execução do serviço
124 pela referida em Entidade para o exercício 2018, e que estamos neste momento aprovando uma
125 complementação, e que devemos ter discernimento sobre a questão. Lembra ainda que na última
126 reunião de Diretoria Executiva, foi tirada como sugestão reunião conjunta com todos os órgãos
127 envolvidos na denúncia. Não havendo mais dúvidas, Sra. Marina – Presidente coloca a matéria em
128 votação, sendo aprovada por unanimidade a formalização do Termo de Fomento, com ressalva do
129 cumprimento do Plano de Providências apresentado pela SEDS a Entidade. Sra. Marina – Presidente
130 então retoma os dois encaminhamentos a serem tomados, sendo a retificação da resolução normativa
131 que aprovou a rede socioassistencial para o exercício 2018, já publicada por este conselho e
132 formalização de resolução normativa aprovando o termo de fomento, com o Plano de Providências em
133 anexo. Passou-se para o sexto item de pauta – Apresentação das ações da CODESO, Sra. Débora faz
134 apresentação dos serviços ofertados por esta coordenação ao público da Política de Assistência Social
135 e abre para dúvidas. Sra. Mayara – Conselheira, questiona sobre como se dá o processo de inclusão
136 dos usuários no serviço? Sra. Débora – CODESO, explica que todos são encaminhados pelos serviços,
137 com data agendada para entrega do encaminhamento. Após isso a CODESO faz a relação de todos os

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 006 / 2018

138 encaminhamentos por serviço e reencaminha para unidade que enviou, estipulando um número de
139 vagas disponibilizada para o encaminhamento final dos usuários indicados pelo serviço. Sra. Luci –
140 colaboradora, questiona se há atendimento a pessoas com deficiência, o que a Sra. Débora –
141 CODESO, afirma que sim. Sra. Roberta – Casa Vó Benedita, pergunta se as Entidades podem fazer os
142 encaminhamentos, contudo Sra. Débora – CODESO, informa que somente os serviços públicos podem
143 encaminhar. Sra. Fernanda – CENTRO POP, coloca que o CENTRO POP não pode fazer o
144 encaminhamento para os cursos e isso deveria ser revisto, que somente se o usuário se encontra
145 acolhido pode ocorrer o encaminhamento. Sra. Débora – CODESO, explica das dificuldades de
146 trabalhar com o público que se encontra em situação de rua, mas que a questão pode ser revista e
147 definir-se sobre essa questão. Seguiu-se a assembleia, e a Sra. Marina – Presidente, justifica que
148 devido o adiantado da hora, o próximo item de pauta – devolutiva da participação do conselho no
149 Encontro Sudeste COEGEMAS, ficará para a próxima assembleia, assim como o item de pauta sobre a
150 inscrição da Entidade Organização dos Haitianos, que como não foi possível confirmar se os
151 representantes receberam o convite para estar nesta assembleia o assunto será tratado na próxima. Com
152 relação ao item de pauta – informes do gestor, não houve informes. Passou-se para o item de pauta –
153 informes do CMAS, onde o Sr. Leandro – Vice-presidente, faz o relato da reunião da Instância de
154 Controle Social do Programa Bolsa Família - ICS, e informa que na próxima reunião da ICS será
155 discutido o planejamento de ações e planejamento financeiro. Sra. Adriana – Secretária Executiva
156 CMAS, informa que a partir da assembleia de maio, o CAMPS terá nova representante, assim como a
157 Secretaria de Educação. Sra. Marina – Presidente, informa que haverá a alternância da
158 representatividade deste conselho no Comitê – Rede Família, passando a Sra. Flávia Valentina para a
159 titularidade e ela Sra. Marina para suplência. Foi ratificada a representação da Sra. Fernanda Souza –
160 Conselheira, como representante deste conselho junto a CEVISS. Sra. Adriana – Secretária Executiva
161 CMAS, informa sobre a capacitação ofertada pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS aos
162 conselhos municipais sobre financiamento, sendo destinada 03 (três) vagas para este conselho, sendo
163 indicada a participação da Sra. Marina – Presidente, Sr. Leandro – Vice-presidente e Sra. Adriana –
164 Secretária Executiva, tendo em vista que não houve mais desejo de participação pelos demais
165 presentes. Sra. Adriana – Secretária Executiva CMAS, informa ainda a capacitação ofertada pelo
166 CMDCA, sendo destinadas 09 (nove) vagas a este conselho, sendo indicados a princípio, Sra. Mayara,
167 Sra. Flávia, Sra. Fernanda Gonçalves e Sra. Daniela. Sra. Marina – Presidente informa que a próxima
168 assembleia ocorrerá dia 02 de mais, excepcionalmente em uma quarta-feira, tendo em vista o feriado
169 do dia primeiro, o local escolhido foi o Centro Cultura do Morro São Bento e caso não seja possível
170 agendar o mesmo, a assembleia ocorrerá na sede do conselho. Sra. Marina – Presidente informa ainda
171 que aqueles conselheiros que não se colocaram para participar de comissões serão indicados
172 compulsoriamente pela Diretoria Executiva, conforme determina o Regimento Interno. Finalizando a
173 assembleia, o último item de pauta – assuntos gerais, Sra. Luci – colaboradora, reforça a necessidade
174 de interpretes de libras nas assembleias. Sem mais assunto a tratar, a Assembleia foi encerrada pela
175 Presidente Sra. Marina Carvalho Perez Penã e eu, Leandro Lapetina Freire, lavrei a presente ata, a qual
176 se apresenta assinada por mim e pela Presidente Marina Carvalho Perez Penã.

177

178 MARINA CARVALHO PEREZ PENÃ

LEANDRO LAPETINA FREIRE

179 Presidente

1º Secretário (em substituição)